

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
CONCURSO PÚBLICO UNIFICADO

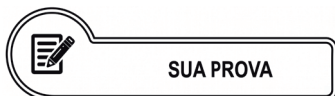
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PIAUÍ (DETRAN/PI),
FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PIAUÍ (TV ANTARES) E SECRETARIA
DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (SASC)
EDITAL Nº 02/2026

NÍVEL SUPERIOR

02109 – AGENTE SUPERIOR DE SERVIÇOS - PSICÓLOGO – TIPO A

Frase: **A transparência legitima a administração.**

(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



SUA PROVA

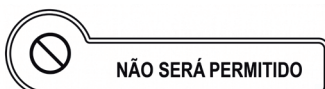
O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **40 (quarenta)** questões objetivas; e **1 (uma)** prova discursiva;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **caderno de texto definitivo** destinado à resposta da prova discursiva



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva, e a transcrição da prova discursiva para o **caderno de texto definitivo**.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** e/ou do **caderno de texto definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** e da prova discursiva para o **caderno de texto definitivo**, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** e do **caderno de texto definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta** e no **caderno de texto definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Governo cria política nacional para alunos superdotados, mas veta triagem obrigatória nas escolas

Nova legislação prevê cadastro nacional e atendimento especializado para estudantes com altas habilidades; identificação anual em massa e centros de referência ficaram de fora do texto final.

A Lei nº 15.436/2026 foi publicada nesta quinta-feira (18) no Diário Oficial da União e estabelece diretrizes para reconhecimento, acompanhamento e desenvolvimento de estudantes com altas habilidades ou superdotação em todo o país.

Entre as medidas previstas, estão a criação de um cadastro nacional, a oferta de atendimento educacional especializado e a possibilidade de flexibilização da trajetória escolar.

A nova política também passa a contemplar estudantes com dupla excepcionalidade — os que, além das altas habilidades, apresentam alguma deficiência, transtorno do espectro autista ou outro transtorno do neurodesenvolvimento.

Segundo o Censo Escolar de 2025, cerca de 56 mil estudantes brasileiros foram formalmente identificados com altas habilidades ou superdotação. Entidades que atuam na área, porém, afirmam que o número está longe de refletir a realidade, já que muitos alunos nunca são reconhecidos pelo sistema educacional.

O que muda

A legislação define altas habilidades ou superdotação como uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por potencial intelectual elevado, intensa curiosidade, grande capacidade de aprendizagem e profundo envolvimento em temas de interesse.

Para esses estudantes, a lei prevê atendimento educacional especializado complementar à escolarização regular. Entre as possibilidades estão programas de enriquecimento curricular, aprofundamento de conteúdos, agrupamento por áreas de interesse e aceleração dos estudos.

Também passa a ser permitida a progressão flexível, com avanço em disciplinas específicas, além da aceleração completa da trajetória escolar quando houver indicação pedagógica.

Cadastro nacional

Um dos principais pontos da nova política é a criação do Cadastro Nacional de Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação, que ficará sob responsabilidade do Ministério da Educação (MEC).

A ferramenta deverá reunir informações da educação básica e superior para mapear esse público e subsidiar a formulação de políticas públicas. Embora a criação de um cadastro semelhante já estivesse prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação desde 2015, a medida nunca saiu do papel.

O que foi vetado

Apesar da sanção, o governo retirou trechos aprovados pelo Congresso Nacional.

O principal veto atingiu os dispositivos que criavam uma triagem educacional anual para identificação precoce de estudantes com altas habilidades ou superdotação. Na justificativa enviada ao Congresso, o Executivo argumentou que a medida poderia gerar burocracia e atrasar o acesso ao atendimento especializado.

Também foi vetada a exigência de avaliação multidimensional realizada por equipe especializada para formalizar a identificação desses estudantes. Segundo o governo, a medida poderia criar barreiras operacionais, especialmente em redes de ensino com menor estrutura técnica.

Outro trecho barrado previa a criação de centros de referência em cada unidade da federação. O Executivo alegou que a proposta não apresentou estimativa de impacto orçamentário e financeiro.

Adesão será voluntária

A implementação da política dependerá da adesão de estados, Distrito Federal e municípios. O governo federal poderá oferecer apoio técnico e financeiro, conforme disponibilidade orçamentária.

Os vetos ainda serão analisados pelo Congresso Nacional, que poderá mantê-los ou derrubá-los em sessão conjunta de deputados e senadores.

1. Em analogia aos vocábulos demarcados respectivamente em I e em II, atente-se às palavras destacadas nos itens a seguir para assinalar a ortografia adequada quanto ao uso ou à ausência de hifenização.

- I. “A Lei nº 15.436/2026 foi publicada nesta quinta-feira (18).”
- II. “A legislação define altas habilidades ou superdotação como uma condição do neurodesenvolvimento.”

- (A) No dia-a-dia, só uso água de colônia.
- (B) Tenho duas blusas: uma cor-de-rosa e outra cor de vinho.
- (C) Pé-de-moleque é uma iguaria; já pé de meia, uma poupança.
- (D) Afro-descendente refere-se à pessoa que possui origem africana; panamericanismo engloba todos os países da América.

2. O vocábulo conforme, em “O governo federal poderá oferecer apoio técnico e financeiro, conforme disponibilidade orçamentária”, é o mesmo que:

- (A) doravante disponibilidade orçamentária.
- (B) consoante disponibilidade orçamentária.
- (C) conquanto disponibilidade orçamentária.
- (D) porquanto disponibilidade orçamentária.

3. “A nova política também passa a contemplar estudantes com dupla excepcionalidade — os que, além das altas habilidades, apresentam alguma deficiência.”

O termo realçado equivale a um:

- (A) artigo, pertencente à função de sujeito.
- (B) artigo, pertencente à função de adjunto adnominal.
- (C) pronome oblíquo, pertencente à função de objeto direto.
- (D) pronome demonstrativo, pertencente à função de objeto direto.

4. Em se tratando da progressão temática do texto em análise, o vocábulo também, localizado no parágrafo transcrito a seguir, estabelece um mecanismo de coesão:

“Também foi vetada a exigência de avaliação multidimensional realizada por equipe especializada para formalizar a identificação desses estudantes. Segundo o governo, a medida poderia criar barreiras operacionais, especialmente em redes de ensino com menor estrutura técnica.”

- (A) sequencial do tipo frástica.
- (B) sequencial do tipo parafrástica.
- (C) referencial do tipo anafórica.
- (D) referencial do tipo catafórica.

5. Tendo por base o uso ou a ausência da vírgula, em relação aos termos enumerados em 1 e em 2, aponte a alternativa correta dentre os itens a seguir.

- “Os vetos ainda serão analisados pelo Congresso Nacional, que¹ poderá mantê-los ou derrubá-los [...]”
- “O principal veto atingiu os dispositivos que² criavam uma triagem educacional anual [...]”

- (A) A presença da vírgula em 1 torna a oração iniciada pelo conectivo “que” substantiva, cuja função sintática é de aposto.
- (B) Em 1, a presença da vírgula restringe a informação em relação ao antecedente; enquanto em 2, sua ausência explica o termo antecessor.
- (C) O uso da vírgula em 1 bem como sua ausência em 2 são indiferentes para o sentido que acarretam aos seus respectivos antecedentes, uma vez que ambas as orações são adjetivas.
- (D) Independentemente da presença ou da ausência da vírgula, a função sintática das orações subordinadas introduzidas pelos conectivos 1 e 2 é adjuntiva.

6. “Também foi vetada a exigência de avaliação multidimensional [...]”

Assim como em multi, há um morfema latino ressaltado em:

- (A) ictiologia.
- (B) pirotecnia.
- (C) ludopatía.
- (D) fagocitose.

7. “Entidades que atuam na área, porém, afirmam que¹ o número está longe de refletir a realidade, já que² muitos alunos nunca são reconhecidos pelo sistema educacional.”

Os elementos conectores enumerados anteriormente introduzem orações subordinadas:

- (A) 1, adjetiva; 2, adverbial.
- (B) 1, adjetiva; 2, substantiva.
- (C) 1, substantiva; 2, adverbial.
- (D) 1, adverbial; 2, substantiva.

8. Analise as classes de palavras realçadas nos itens que seguem e assinale a alternativa em que a correlação vocábulo destacado e função desempenhada entre parênteses esteja correta.

- (A) “Segundo o Censo Escolar de 2025, cerca de 56 mil estudantes brasileiros foram formalmente identificados com altas habilidades.” (preposição)
- (B) “O principal veto atingiu os dispositivos [...]” (substantivo)
- (C) “[...] estão a criação de um cadastro nacional [...]” (numeral)
- (D) “[...] que ficará sob responsabilidade do Ministério da Educação (MEC).” (conjunção)

Noções de Informática

9. Um município iniciou um projeto para apoiar assistentes sociais e psicólogos na elaboração de minutas de documentos administrativos, utilizando ferramentas de inteligência artificial generativa. Durante a capacitação, a equipe técnica orientou que a qualidade das respostas produzidas pelo sistema depende, principalmente, da forma como as instruções são fornecidas ao modelo. A recomendação foi baseada nas boas práticas de elaboração de prompts, amplamente difundidas na literatura técnica sobre IA generativa.

Considerando os princípios básicos das técnicas de prompts, assinale a alternativa que apresenta a prática adequada para obtenção de respostas mais consistentes e alinhadas ao objetivo pretendido.

- (A) Formular instruções claras, contextualizadas e específicas, indicando objetivo, formato esperado e informações relevantes para orientar a geração da resposta.
- (B) Utilizar comandos genéricos e eliminar detalhes do contexto, permitindo que o sistema determine autonomamente o conteúdo considerado mais apropriado.
- (C) Substituir informações essenciais por termos amplos e abreviações, reduzindo a quantidade de elementos fornecidos ao modelo durante a interação.
- (D) Solicitar diversas tarefas distintas em uma única instrução, omitindo restrições de formato e critérios de apresentação para ampliar a liberdade de resposta.

10. Em uma secretaria municipal, os servidores utilizam diferentes aplicações computacionais durante a rotina administrativa, incluindo sistemas corporativos, serviços de correio eletrônico, compartilhamento de arquivos e consulta a informações disponibilizadas em ambiente de rede. Para garantir o funcionamento adequado dessas aplicações, diversos protocolos de comunicação são empregados conforme a finalidade de cada serviço.

Durante a configuração de uma estação de trabalho, verificou-se que o navegador precisava estabelecer comunicação com o servidor responsável por um sistema institucional disponibilizado por meio da Web. Considerando essa situação, assinale a alternativa que apresenta corretamente o protocolo envolvido nessa comunicação e sua respectiva finalidade.

- (A) FTP.
- (B) HTTP.
- (C) SMTP.
- (D) DNS.

11. Em uma fundação pública, diferentes setores utilizam sistemas independentes para registrar informações administrativas. Periodicamente, uma equipe consolida esses registros em planilhas eletrônicas destinadas à elaboração de relatórios gerenciais. Como as bases institucionais sofrem alterações ao longo do tempo, a equipe pretende reduzir operações manuais durante as atualizações posteriores dos relatórios.

Considerando os recursos disponíveis no Microsoft Excel do Microsoft 365, assinale a alternativa que apresenta o procedimento tecnicamente adequado à necessidade descrita.

- (A) Utilizar a ferramenta de classificação para reorganizar registros existentes conforme critérios estabelecidos pelo usuário.
- (B) Aplicar a validação de dados para controlar os valores aceitos nas células da planilha.
- (C) Empregar a formatação condicional para destacar automaticamente células que atendam a critérios previamente definidos.
- (D) Utilizar os recursos de obtenção de dados externos para importar informações e permitir sua atualização a partir da respectiva origem.

12. Durante a tramitação eletrônica de documentos entre diferentes unidades de um órgão público, determinados arquivos passaram a ser assinados digitalmente antes do encaminhamento aos destinatários. O procedimento foi incorporado ao fluxo administrativo para atender às exigências de autenticidade das comunicações eletrônicas e fortalecer a confiança na documentação produzida pelos servidores.

Considerando os princípios da segurança da informação relacionados à assinatura digital, identifique a finalidade diretamente associada à utilização desse mecanismo.

- (A) Permitir que o documento seja acessado somente mediante autenticação realizada pelo destinatário previamente cadastrado.
- (B) Impedir a realização de cópias do documento eletrônico por usuários que possuam permissão de leitura.
- (C) Assegurar a autoria do documento e possibilitar a verificação de que seu conteúdo permaneceu íntegro após a assinatura.
- (D) Restringir automaticamente a impressão e a edição do documento em qualquer equipamento conectado à rede institucional.

Conhecimentos Regionais do Estado do Piauí

13. Os dados do Censo Demográfico de 2022 registraram 3.271.199 habitantes no Piauí, enquanto as estimativas populacionais posteriores do IBGE apresentaram valores superiores para o estado. Considerando a natureza desses indicadores, identifique a alternativa que caracteriza corretamente a relação entre os resultados.

- (A) A diferença decorre da revisão dos limites territoriais piauienses realizada entre o levantamento censitário e o cálculo populacional posterior.
- (B) Os valores correspondem a procedimentos estatísticos distintos, pois o Censo realiza a operação censitária em período determinado e as estimativas calculam a população para datas de referência posteriores.
- (C) Os resultados representam populações territoriais distintas, uma vez que a estimativa incorpora habitantes dos municípios vinculados às regiões geográficas intermediárias.
- (D) A variação expressa a substituição dos dados municipais coletados pelo Censo por registros administrativos empregados na contagem anual da população.

14. Segundo os resultados do Censo Demográfico de 2022 divulgados pelo IBGE, 82,8% da população piauiense de 15 anos ou mais era alfabetizada. Na comparação entre as Unidades da Federação, esse percentual figurava entre os menores registrados no país. Considerando o alcance desse indicador, assinale a alternativa que apresenta corretamente sua interpretação.

- (A) O percentual informa a proporção da população adulta que concluiu a educação básica e possui capacidade formal de interpretação de textos escritos.
- (B) O indicador mede a participação das pessoas matriculadas em instituições educacionais em relação ao conjunto da população com idade para frequentar a escola.
- (C) A taxa expressa a proporção de pessoas de 15 anos ou mais capazes de ler e escrever um bilhete simples, segundo o critério empregado no levantamento censitário.
- (D) O resultado corresponde à população que concluiu os anos iniciais do ensino fundamental e permaneceu alfabetizada na data de referência do Censo.

15. No início do século XVIII, a pecuária constituía uma atividade relevante na formação econômica do território que viria a compor o Piauí. A determinação de que a criação de gado ocorresse a determinada distância do litoral e as condições de circulação existentes influenciaram a organização desse espaço. Considerando esse processo histórico, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma relação entre atividade econômica e ocupação territorial.

- (A) A expansão dos criatórios acompanhou a concentração das atividades comerciais no litoral, articulando as áreas produtoras às rotas marítimas de abastecimento.
- (B) A organização pecuária estruturou-se junto ao baixo curso do Parnaíba, onde a disponibilidade de terras favoreceu a associação entre criação extensiva e produção charqueadora.
- (C) A ocupação do interior resultou da transferência dos entrepostos comerciais para as áreas de criação, aproximando os agentes mercantis das unidades pecuárias.
- (D) A interiorização da pecuária contribuiu para organizar atividades econômicas no interior, enquanto o rio Parnaíba assumiu função na circulação vinculada à economia regional.

16. A formação administrativa dos municípios piauienses revela processos sucessivos de desmembramento territorial. O atual município de Dirceu Arcoverde, por exemplo, foi elevado à categoria de município em 1979, desmembrado de São Raimundo Nonato. Considerando esse tipo de transformação territorial, assinale a alternativa que apresenta corretamente seu significado político-administrativo.

- (A) O desmembramento altera a organização municipal ao constituir uma nova unidade político-administrativa a partir de território anteriormente integrado a outro município.
- (B) A criação municipal reorganiza a regionalização geográfica do estado ao transferir o novo território para uma Região Geográfica Imediata independente.
- (C) A emancipação modifica os limites estaduais sempre que a nova unidade municipal se localiza junto às áreas de fronteira administrativa.
- (D) O desmembramento corresponde à divisão da sede municipal, mantendo o território rural subordinado à administração do município de origem.

Legislação e Ética no Serviço Público

17. Vaticina a Lei Complementar Estadual nº 13, de 03 de janeiro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí), que a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão administrativa ou sentença judicial, transitada em julgado, com ressarcimento de todas as vantagens, será corretamente definida como:

- (A) Reintegração.
- (B) Remoção.
- (C) Restituição.
- (D) Reaproveitamento.

18. Define a Lei Complementar Estadual nº 13, de 03 de janeiro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí), que promoção é a elevação do servidor ao posicionamento imediatamente superior àquele a que pertence, na respectiva carreira. Sobre o tema, está correto apenas o contido em:

- (A) É lícita a promoção do servidor durante o estágio probatório, exceto ao final, quando poderá ser deferida uma movimentação de posicionamento.
- (B) A promoção obedecerá aos critérios de merecimento, antiguidade e aposentadoria, na forma de regulamento.
- (C) A promoção na carreira dar-se-á sempre de um posicionamento para o seguinte, com interstício mínimo de 2 (dois) anos.
- (D) Na administração estadual, haverá uma Secretaria de Estado que funcionará como uma comissão permanente de avaliação do servidor, para fins de promoção.

19. Na forma da Constituição do Estado do Piauí, de 05 de outubro de 1989, o Estado assegura, no seu território e nos limites de sua competência, a inviolabilidade dos direitos e das garantias fundamentais que a Constituição Federal confere aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país. Sobre o tema, está correto apenas o que se afirma em:

- (A) Todos têm direito de requerer e obter, a qualquer tempo, independentemente de prazo, informações sobre atos, projetos e obras da Administração direta ou indireta do Estado e dos Municípios, sob pena de responsabilidade, ressalvados os casos cujo sigilo seja comprovadamente indispensável à segurança da sociedade e das entidades administrativas.
- (B) Nos procedimentos administrativos, qualquer que seja o objeto, serão observados, entre outros requisitos de validade, a publicidade, o contraditório, a defesa ampla e o despacho ou decisão motivados, sob pena de nulidade absoluta.
- (C) A força policial só intervém para garantir o direito de reunião e de outras liberdades constitucionais, a defesa da ordem pública e a segurança pessoal, bem como o patrimônio público e privado, não podendo ser responsabilizada pelos danos que cometer, pois age em nome do Estado.
- (D) Incorre na penalidade de destituição de mandato administrativo, de cargo ou função de direção, em órgão da Administração direta ou indireta, o agente público que, dentro de sessenta dias do requerimento do interessado, deixar, injustificadamente, de sanar omissão inviabilizadora do exercício de direito constitucional.

20. Define a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que o dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento, será corretamente considerado como:

- (A) Dado pessoal sensível.
- (B) Dado pessoal.
- (C) Dado não tratado.
- (D) Dado anonimizado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Uma psicóloga realiza avaliação de uma criança de sete anos encaminhada pela escola em razão de dificuldades persistentes na interação com colegas, baixa tolerância à frustração e intensa dependência da validação dos adultos. Durante o processo avaliativo, identifica recursos cognitivos compatíveis com a idade, mas observa que as dificuldades relacionais se repetem em diferentes ambientes e situações. Na elaboração das hipóteses clínicas, a análise mais consistente é:

- (A) Organizar os comportamentos observados conforme a intensidade das manifestações registradas durante o processo avaliativo.
- (B) Compreender o desenvolvimento infantil, articulando aspectos maturacionais, relacionais e características do funcionamento da personalidade.
- (C) Caracterizar as respostas emocionais apresentadas pela criança diante das exigências do ambiente escolar e familiar.
- (D) Sistematizar os episódios de conflito interpessoal, considerando a frequência com que foram descritos pelos responsáveis.

22. Uma psicóloga participa de reunião clínica para discussão de um caso envolvendo uma adolescente acompanhada por diferentes serviços da rede pública. A equipe relata dificuldades na adesão ao acompanhamento psicológico, oscilação na participação escolar e sucessivos conflitos familiares. Considerando os referenciais da Psicologia da infância e da adolescência, a definição das estratégias de intervenção deve priorizar:

- (A) Integração das informações provenientes da família, da escola e dos serviços envolvidos, considerando a influência desses contextos sobre o desenvolvimento e o planejamento das intervenções.
- (B) Organização das informações obtidas nos diferentes acompanhamentos, priorizando a evolução das manifestações emocionais e das dificuldades adaptativas observadas.
- (C) Sistematização dos registros produzidos pelos profissionais da rede, articulando os indicadores clínicos com as mudanças comportamentais identificadas durante o acompanhamento.
- (D) Caracterização das condições relacionais descritas pelos diferentes informantes, considerando sua repercussão sobre a adesão ao tratamento e o funcionamento cotidiano da adolescente.

23. Uma psicóloga acompanha um idoso encaminhado pela equipe de atenção especializada após mudanças significativas no humor, redução da participação em atividades comunitárias e relatos frequentes de perda do sentido de vida desde a aposentadoria. Durante as entrevistas, observa preservação das funções cognitivas, mas houve uma importante reorganização da identidade diante das transformações vivenciadas ao longo do envelhecimento. Considerando os referenciais da Psicologia do envelhecimento, o planejamento terapêutico deve fundamentar-se na:

- (A) Sistematização das alterações comportamentais descritas pelo usuário, relacionando sua frequência às repercussões verificadas nas atividades de vida diária.
- (B) Caracterização das estratégias de enfrentamento utilizadas diante das mudanças decorrentes do envelhecimento, considerando sua influência sobre o funcionamento psicossocial.
- (C) Compreensão do envelhecimento como processo de desenvolvimento contínuo, considerando a construção da identidade, os vínculos sociais e a produção de novos projetos de vida.
- (D) Organização das mudanças emocionais identificadas durante os atendimentos, articulando os relatos do usuário com as dificuldades adaptativas observadas em seu cotidiano.

24. Uma equipe de um serviço público acompanha famílias residentes em uma região marcada por dificuldades persistentes de acesso a direitos e por baixa adesão às ações institucionais anteriormente ofertadas. Os atendimentos individuais realizados até então produziram pouca continuidade, e parte dos moradores relata que as propostas desenvolvidas não consideram suas experiências, formas de organização e prioridades cotidianas. Durante o planejamento de uma nova estratégia, a psicóloga analisa como os referenciais da Psicologia Social e Comunitária podem orientar sua atuação. Nesse contexto, a condução profissional deve priorizar:

- (A) Compreender como os processos subjetivos se articulam às condições históricas e sociais vivenciadas pela população, utilizando essa análise para qualificar o planejamento das intervenções.
- (B) Construir coletivamente estratégias de intervenção com a comunidade, valorizando recursos locais, participação social e corresponsabilização na produção das mudanças pretendidas.
- (C) Organizar o acompanhamento a partir da integração entre os equipamentos públicos, estabelecendo fluxos assistenciais que ampliem a continuidade do atendimento às famílias.
- (D) Planejar intervenções centradas no acompanhamento das famílias, ampliando a oferta de atendimentos individuais e fortalecendo o suporte técnico oferecido pelos profissionais do serviço.

25. Uma psicóloga realiza atendimento a uma adolescente acompanhada por determinação judicial e participa, posteriormente, de reunião técnica com representantes da rede de proteção para definição das estratégias de acompanhamento. Durante a discussão, observa solicitações para emissão de conclusões que extrapolam os elementos produzidos pela avaliação psicológica realizada até aquele momento. Considerando os referenciais da Psicologia Jurídica, a conduta profissional deve fundamentar-se na:

- (A) Sistematização dos dados produzidos durante o acompanhamento psicológico, articulando as observações clínicas às necessidades apresentadas pela instituição.
- (B) Caracterização das condições psicossociais verificadas no processo de atendimento, relacionando sua evolução às estratégias desenvolvidas pela rede de proteção.
- (C) Organização das informações obtidas ao longo dos atendimentos, considerando sua pertinência para o planejamento das ações discutidas pela equipe.
- (D) Apresentação de conclusões compatíveis com os limites técnicos da avaliação realizada, distinguindo evidências produzidas de hipóteses ainda não suficientemente fundamentadas.

26. Uma psicóloga inicia o acompanhamento de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. Durante reunião de equipe, diferentes profissionais discutem a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), apresentando propostas voltadas às necessidades identificadas na avaliação inicial. Considerando os referenciais da Psicologia aplicada ao sistema socioeducativo, a contribuição técnica da psicóloga deve priorizar:

- (A) Integração das informações psicológicas ao planejamento interdisciplinar, considerando a singularidade do adolescente, sua trajetória de desenvolvimento e os objetivos socioeducativos do acompanhamento.
- (B) Organização das demandas identificadas durante os atendimentos, relacionando os aspectos emocionais às intervenções previstas para o período de acompanhamento.
- (C) Sistematização dos indicadores observados ao longo da avaliação inicial, articulando as necessidades identificadas às ações desenvolvidas pelos diferentes profissionais.
- (D) Caracterização das condições psicossociais apresentadas pelo adolescente, considerando sua repercussão sobre a participação nas atividades previstas pela instituição.

27. Uma equipe multiprofissional discute a melhor modalidade de atendimento para um grupo de adolescentes que apresenta dificuldades na regulação emocional, conflitos interpessoais recorrentes e baixa adesão aos acompanhamentos individuais anteriores. Após avaliação psicológica, a psicóloga propõe a realização de intervenções grupais articuladas ao acompanhamento individual dos casos que demandarem maior aprofundamento clínico. Essa proposta fundamenta-se na:

- (A) Organização das estratégias assistenciais conforme a evolução das demandas apresentadas pelos adolescentes durante os atendimentos realizados pela equipe.
- (B) Sistematização das informações produzidas no processo de acompanhamento, articulando os indicadores clínicos às modalidades de intervenção disponíveis no serviço.
- (C) Utilização complementar de diferentes modalidades terapêuticas, definidas segundo as necessidades clínicas identificadas e os objetivos estabelecidos para cada caso.
- (D) Caracterização das dificuldades emocionais observadas durante a avaliação, relacionando sua evolução às intervenções desenvolvidas ao longo do acompanhamento.

28. Uma psicóloga participa de uma equipe responsável pelo acompanhamento de usuários em situação de crise psicossocial. Durante as reuniões clínicas, diferentes profissionais solicitam acesso integral aos registros produzidos nos atendimentos psicológicos. Considerando os referenciais éticos e técnicos da atuação interdisciplinar, a conduta profissional deve fundamentar-se no(a):

- (A) Organização dos registros produzidos durante os atendimentos, considerando as necessidades identificadas pela equipe ao longo do acompanhamento clínico.
- (B) Sistematização das informações relevantes para o planejamento terapêutico, articulando os aspectos psicológicos às estratégias desenvolvidas pelos diferentes profissionais.
- (C) Caracterização dos elementos observados na avaliação psicológica, relacionando sua evolução às intervenções previstas no plano assistencial compartilhado.
- (D) Compartilhamento das informações necessárias à continuidade do cuidado, preservando o sigilo das informações que não guardem relação com os objetivos assistenciais.

29. Durante a revisão do fluxo de interconsultas psicológicas de um hospital público, uma auditoria identifica que pacientes com demandas semelhantes recebem encaminhamentos distintos conforme o setor de internação. Em algumas unidades, a solicitação depende da iniciativa da equipe médica; em outras, utiliza-se uma lista fixa de diagnósticos clínicos. A comissão responsável pelo novo protocolo pretende reduzir essas diferenças sem transformar o atendimento psicológico em procedimento automático e indiferenciado. Considerando os fundamentos da Psicologia da Saúde e Hospitalar e da humanização da assistência, o protocolo deve estabelecer:

- (A) Parâmetros de sofrimento emocional mensuráveis por instrumento padronizado, reservando a avaliação clínica aos pacientes que atingirem o ponto de corte definido.
- (B) Modalidades de atendimento correspondentes a cada setor hospitalar, mantendo critérios específicos conforme as rotinas e os perfis clínicos predominantes.
- (C) Critérios clínicos associados à complexidade do caso, integrados à avaliação psicológica das repercussões emocionais identificadas durante a hospitalização.
- (D) Indicadores de necessidades psicossociais associados à análise contextual do caso, permitindo encaminhamento fundamentado e revisão das prioridades assistenciais.

30. Após um acidente envolvendo veículo oficial do município, profissionais que participaram do resgate permanecem em atividade, embora relatem dificuldades de concentração, irritabilidade e intensa preocupação com as vítimas atendidas. A coordenação solicita apoio da psicóloga para orientar as primeiras medidas de cuidado dirigidas à equipe. Considerando os referenciais da Psicologia das Emergências e Desastres, a intervenção inicial deve fundamentar-se na:

- (A) Oferta de suporte psicossocial aos trabalhadores, identificação das necessidades imediatas e monitoramento dos fatores associados ao sofrimento decorrente da exposição ao evento crítico.
- (B) Organização dos atendimentos psicológicos conforme as manifestações emocionais observadas durante as atividades desenvolvidas pela equipe de resgate.
- (C) Sistematização das informações produzidas na avaliação inicial, articulando os aspectos emocionais às estratégias assistenciais previstas pela instituição para acompanhamento.
- (D) Caracterização das respostas apresentadas pelos profissionais, relacionando sua evolução às ações implementadas para o acompanhamento dos trabalhadores.

31. Uma equipe de atenção especializada acompanhava havia vários meses um adolescente com doença progressiva. Após o óbito, a mãe procura espontaneamente a unidade e solicita conversar com a psicóloga, afirmando que “não sabe mais qual é o seu lugar desde que perdeu o filho”. Durante o atendimento, alterna momentos de silêncio, recordações do período de tratamento e preocupação constante com o quarto que permanece exatamente como estava antes da morte. Nesse contexto, a compreensão psicológica mais consistente reconhece que:

- (A) O processo de luto envolve reorganizações subjetivas que podem incluir oscilações emocionais, manutenção de vínculos simbólicos e reconstrução gradual dos significados atribuídos à perda.
- (B) A intensidade das manifestações emocionais constitui indicador suficiente para diferenciar reações esperadas de quadros psicopatológicos decorrentes do processo de enlutamento.
- (C) A permanência de objetos pertencentes à pessoa falecida representa evidência clínica de interrupção do processo adaptativo relacionado à elaboração da perda.
- (D) A retomada das atividades cotidianas e a volta à normalidade depende prioritariamente da superação completa das lembranças vinculadas à pessoa que faleceu.

32. Após sucessivas situações de evasão escolar, uma secretaria municipal de educação institui equipe multiprofissional para elaborar estratégias de permanência dos estudantes na escola. Durante a construção do plano de ação, a psicóloga ressalta que sua atuação deve ultrapassar os atendimentos individuais. Essa posição mostra-se tecnicamente adequada porque:

- (A) A organização de atendimentos periódicos aos estudantes em risco de evasão permite substituir intervenções institucionais pedagógicas conduzidas pela equipe escolar.
- (B) O acompanhamento psicológico das famílias constitui o principal recurso para redução dos índices de evasão observados nas diferentes etapas da educação básica.
- (C) O trabalho psicológico na educação básica integra ações coletivas voltadas ao fortalecimento das relações escolares, à participação da comunidade e à melhoria das condições do processo educativo.
- (D) As intervenções desenvolvidas na escola apresentam melhores resultados quando direcionadas prioritariamente aos estudantes com maior número de encaminhamentos disciplinares.

33. Durante o atendimento inicial de um adolescente encaminhado por sucessivos episódios de comportamento autolesivo, a equipe multiprofissional solicita que o psicólogo “aplique um teste para confirmar o diagnóstico”. Após a entrevista clínica, o profissional identifica necessidade de ampliar a compreensão do caso antes de definir os procedimentos avaliativos. À luz dos fundamentos da Avaliação Psicológica, a decisão técnica mais eficiente consiste em reconhecer que:

- (A) A definição dos instrumentos depende prioritariamente da queixa apresentada pelo serviço solicitante, desde que os procedimentos utilizados sejam reconhecidos pelo sistema profissional.
- (B) A entrevista inicial permite estabelecer o conjunto de técnicas necessárias, independentemente das informações produzidas durante a continuidade da avaliação.
- (C) A utilização de testes psicológicos constitui procedimento suficiente quando o objetivo do encaminhamento envolve a investigação de alterações do funcionamento emocional.
- (D) A seleção dos métodos e instrumentos decorre das hipóteses construídas ao longo da avaliação, considerando os objetivos do processo e as características do caso.

34. Durante auditoria interna em um serviço público de saúde, verifica-se que diferentes psicólogos utilizam o mesmo modelo de documento para responder solicitações de natureza bastante distintas, como encaminhamentos clínicos, manifestações técnicas e registro de acompanhamento. A coordenação solicita revisão dos procedimentos adotados pela equipe. À luz da Resolução CFP nº 06/2019, a reorganização desse processo deve fundamentar-se no entendimento de que:

- (A) A escolha da modalidade documental depende da finalidade técnico-profissional da comunicação, das informações produzidas e do contexto em que o documento será utilizado.
- (B) Apadronização dos documentos favorece a uniformidade dos registros institucionais, desde que preserve a identificação do profissional responsável por sua elaboração.
- (C) A organização dos registros psicológicos pode seguir modelo único, desde que as conclusões apresentadas sejam compatíveis com a demanda encaminhada ao serviço.
- (D) A definição do documento psicológico deve considerar prioritariamente o setor solicitante, adequando posteriormente seu conteúdo às informações disponíveis no prontuário.

35. Em uma oficina de educação permanente, profissionais discutem o atendimento de usuários que, embora não manifestem intenção imediata de interromper o consumo de substâncias, procuram o serviço para reduzir prejuízos relacionados ao uso. A equipe debate quais referenciais devem orientar o planejamento das intervenções. À luz das políticas públicas brasileiras, o planejamento terapêutico deve reconhecer que:

- (A) A organização das intervenções psicológicas deve privilegiar protocolos padronizados, reduzindo variações decorrentes das características individuais dos pacientes.
- (B) Os diferentes objetivos podem ser construídos ao longo do acompanhamento, incluindo estratégias de redução de danos compatíveis com a singularidade de cada usuário.
- (C) A definição das metas clínicas depende prioritariamente da interrupção do consumo, condição necessária para o desenvolvimento das demais intervenções terapêuticas.
- (D) A adesão ao tratamento torna-se mais consistente quando os objetivos assistenciais permanecem uniformes para todos os usuários acompanhados pelo serviço.

36. Durante um processo de educação permanente, uma equipe multiprofissional analisa situações em que usuários deixaram de retornar ao serviço após relatarem experiências de acolhimento pouco sensível às suas características socioculturais. A coordenação solicita que a psicóloga apresente fundamentos para qualificar o atendimento prestado. À luz dos princípios da diversidade, da equidade e da inclusão na prática psicológica, a contribuição técnica mais eficiente consiste em reconhecer que:

- (A) A condução do acompanhamento exige integração entre avaliação psicológica, discussão interdisciplinar e reorganização periódica das estratégias previstas para cada situação atendida.
- (B) O planejamento das intervenções pressupõe utilização de procedimentos compatíveis com os objetivos assistenciais, a articulação entre os serviços disponíveis e o registro contínuo das informações produzidas.
- (C) A qualificação do acolhimento depende do reconhecimento das necessidades singulares dos usuários, da remoção de barreiras ao cuidado e da construção de relações profissionais respeitadas.
- (D) A organização do atendimento requer definição de critérios técnicos compartilhados, integração entre os profissionais envolvidos e acompanhamento sistemático das demandas apresentadas pelos usuários.

37. Em um serviço público, uma mulher relata episódios de violência praticados no ambiente doméstico e demonstra receio de procurar outros equipamentos da rede por depender economicamente da pessoa indicada como autora das agressões. Durante a discussão do caso, surge a proposta de restringir a intervenção ao atendimento psicológico, preservando a privacidade familiar e aguardando que a usuária decida posteriormente sobre outros encaminhamentos. Considerando a proteção constitucional da família e a atuação atribuída ao Poder Público, a condução institucional deve reconhecer que:

- (A) A preservação dos vínculos familiares orienta a adoção inicial de estratégias de mediação, acompanhadas de avaliação periódica das condições de convivência.
- (B) A proteção da família compreende assistência às pessoas que a integram e criação de mecanismos públicos destinados ao enfrentamento da violência em suas relações.
- (C) O resguardo da intimidade familiar recomenda manter a intervenção no âmbito psicológico até que a usuária formalize pedido de atuação dos demais serviços.
- (D) A autonomia da pessoa atendida permite delimitar o cuidado ao suporte emocional, cabendo à rede atuar após manifestação expressa sobre medidas protetivas.

38. Na elaboração de um programa municipal voltado à prevenção da violência envolvendo adolescentes, representantes de diferentes políticas públicas discutem quais estratégias deveriam receber prioridade. A psicóloga propõe que o programa seja estruturado antes da ocorrência de atos infracionais, fortalecendo fatores de proteção presentes na família, na escola e na comunidade. Essa proposta encontra respaldo principalmente no entendimento de que:

- (A) Programas preventivos tornam-se mais efetivos e eficazes quando concentram recursos em adolescentes previamente identificados como autores de atos infracionais.
- (B) Intervenções comunitárias apresentam melhores resultados quando organizadas prioritariamente a partir de medidas disciplinares dirigidas aos grupos considerados de maior risco.
- (C) Ações preventivas devem priorizar protocolos institucionais uniformes, preservando estabilidade administrativa entre os diferentes serviços participantes.
- (D) Políticas preventivas devem fortalecer contextos de desenvolvimento, participação social e inclusão, reduzindo fatores associados à vulnerabilidade de crianças e adolescentes.

39. Durante processo de acreditação institucional, uma comissão analisa os procedimentos adotados em entrevistas realizadas com pessoas privadas de liberdade. O relatório técnico identifica que diferentes equipes utilizam práticas distintas para condução dos atendimentos, algumas delas potencialmente capazes de influenciar as declarações prestadas pelos usuários ou gerar constrangimentos incompatíveis com a finalidade da avaliação psicológica. Diante desse cenário, a instituição decide revisar seus protocolos assistenciais. À luz da proteção dos direitos fundamentais e das normas que vedam práticas abusivas no exercício da função pública, o novo protocolo deve fundamentar-se prioritariamente na:

- (A) Padronização das entrevistas segundo rotinas previamente estabelecidas, preservando uniformidade metodológica entre os diferentes profissionais da instituição.
- (B) Organização das avaliações conforme critérios definidos para cada unidade assistencial, respeitando as particularidades operacionais existentes em cada setor.
- (C) Adoção de procedimentos que assegurem autonomia técnica, respeito à dignidade da pessoa e condições adequadas para produção voluntária das informações durante a avaliação.
- (D) Definição de parâmetros objetivos para registro das informações produzidas, reduzindo divergências decorrentes da interpretação individual dos profissionais responsáveis.

40. Durante o planejamento da fase final de acompanhamento de um adolescente, a equipe técnica identifica que a medida socioeducativa será encerrada nas semanas seguintes. Embora os objetivos relacionados ao comportamento institucional tenham sido alcançados, ainda existem fragilidades importantes quanto ao acesso à educação, ao trabalho e às oportunidades de participação comunitária. Considerando os fundamentos das políticas públicas destinadas a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, o planejamento dessa etapa deve reconhecer que:

- (A) A conclusão da medida permite transferir aos serviços territoriais a responsabilidade pela organização das ações voltadas à escolarização e à inserção social do adolescente.
- (B) A preparação para o desligamento requer articulação entre diferentes políticas públicas, favorecendo continuidade do acesso aos direitos e fortalecimento dos vínculos comunitários após o término da medida.
- (C) O encerramento do acompanhamento recomenda concentrar os esforços institucionais na consolidação das metas previstas no PIA, preservando para momento posterior novas articulações intersetoriais.
- (D) A reorganização das estratégias após o desligamento depende prioritariamente da procura espontânea do adolescente pelos equipamentos públicos existentes em seu território.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **caderno de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto deverá conter o limite máximo de **30 (tinta) linhas** efetivamente escritas.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **caderno de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O **caderno de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva.
- As provas discursivas serão compostas, para todos os cargos/especialidades, por 01 (uma) questão prática, sob a forma de estudo de caso, relacionada às atribuições do respectivo cargo/especialidade e aos conteúdos específicos constantes do Anexo II do Edital.
- O candidato deverá apresentar solução fundamentada para a situação-problema proposta, em texto dissertativo.

Mariana, psicóloga inserida em uma equipe multidisciplinar de um serviço de proteção social especial, realiza o acompanhamento psicossocial de Lucas, de 14 anos, encaminhado após episódios de automutilação na escola e conflitos graves no âmbito familiar. Durante os atendimentos técnicos, Lucas confidencia à profissional episódios de violência física severa sofridos reiteradamente por parte de seu padrasto, exigindo de forma veemente que Mariana não conte nada a ninguém, sob a alegação de que teme ser abandonado pela mãe ou sofrer retaliações ainda piores.

Na semana seguinte, durante reunião da equipe multidisciplinar, a assistente social do serviço exige que Mariana repasse integralmente o conteúdo detalhado dos atendimentos de Lucas, argumentando que a equipe precisa de todas as informações para a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) e para fundamentar um possível relatório a ser encaminhado ao Conselho Tutelar.

Diante desse cenário, redija um texto dissertativo, de até 30 linhas, respondendo aos seguintes questionamentos:

1. Qual é a conduta técnico-profissional adequada que Mariana deve adotar em relação à exigência da equipe multidisciplinar, considerando os limites do sigilo profissional previstos no Código de Ética do Psicólogo e a atuação na política de assistência social?
2. Quais são os deveres legais do psicólogo e da rede de proteção frente à revelação de violência contra o adolescente, explicitando o papel do Conselho Tutelar e a forma correta de registro documental e encaminhamento do caso?

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	